

ANEXO I: QAD DO GOVERNO 2015

GRUPO	Nr.	INDICADOR	REAL 2013	META 2014	META 2015	OBS.	RESP.	
Objectivo 1: Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pecuária								
Aumento da produção e produtividade agrária e pecuária	1	Percentagem de produtores assistidos pela Extensão que adoptou pelo menos uma tecnologia melhorada de produção agrária	15%. Tecnologias a medir: (i) Método de preparação do solo através de tracção animal; (ii) Uso de semente certificada; (iii) Uso de sementeira em linha; (iv) Uso de fertilizantes (orgânico ou químico)	18%	20%		MINAG	
	2	Indicador retirado do QAD						
	3	Áreas com sistemas de regadio construído, reabilitado (Hectares- ha)		5.800 ha	5.500 ha			
	4	Número de comunidades com terra delimitada e certificada	Delimitada: 55; Certificada: 55	65/65	70/70		MINAG	
	5	NOVO INDICADOR: Toneladas de Produção da Pesca e Aquicultura produzidas para o consumo interno e exportação "	Indicador Retirado do QAD 2015					M.PESCAS
	6	Número cumulativo de sectores/instituições e províncias que integram acções redução de risco a calamidades naturais, adaptação e mitigação às mudanças climáticas no processo de planificação.	Indicador Retirado do QAD 2015					MICDA/INGC
	7	Percentagem de estradas em condições "boas" e "razoáveis"	66% da rede de estradas em condições boas e razoáveis	70%	75%		MOPH	
Objectivo 2: Promoção de Emprego								
Melhorar a empregabilidade dos cidadãos e facilitar a ligação entre a procura e a oferta	8	NOVO INDICADOR: Melhoria do Ambiente de Negocio			a) 6 BAUs integrados (Maputo Cidade, Gaza, Inhambane, Sofala; Nampula e Cabo Delgado); b) 2 Municípios implementando reformas na simplificação do licenciamento de construção		MIC (DASP)	
	9	NOVO INDICADOR: Promoção e Desenvolvimento da PMEs			Estratégia das PME's e o respectivo plano de acção aprovados		MIC (IPEME)	
	10	NOVO INDICADOR: Reestruturação dos Sistemas de Informação e de Estatísticas do Mercado de Trabalho			4 Centros de Emprego operacionais e com capacidade de fornecer estatísticas de emprego devidamente desagregados (Inhambane, Tete, Cabo-Delgado e Nampula)		MITRAB/INEFP	
Objectivo 3: Desenvolvimento Humano e Social								
Sociais Disponibilidade e qualidade no acesso aos serviços sociais e Segurança Social Básica e Infra-estruturas	11	Taxa de cobertura dos partos institucionais	65%	66%	69%		MISAU	
	12	Rácio de trabalhadores de saúde das áreas de medicina, enfermagem e SMI por 100.000 habitantes	68	69	70		MISAU	
	13	Taxa líquida de escolarização aos 6 anos, total e raparigas	1ª Classe: 76% (74%) Total: 74% (73%)	Total: 77% Meninas: 76%	Total: 80% Meninas: 79 %		MINED	
	14	Alunos por professor no ensino primário do 1º grau (1ª à 5ª classe) (ensino público, diurno)	61	61	61		MINED	

ANEXO I: QAD DO GOVERNO 2015

	15	Percentagem de alunos da 3ª classe que atinge as competências básicas de leitura e cálculo do 1º ciclo do Ensino Primário	Recolha de dados Área de competência: leitura	Relatório preliminar até 30/4; Relatório final até 31/10 (linha de base)	Testagem dos instrumentos da avaliação nacional de leitura e numeracia, 2015.		MINED	
	16	Número de agregados familiares abrangidos por programa de acção social directa e Acção Social Produtiva		406.600	534.588		MMAS	
	17	NOVO INDICADOR: Número e percentagem de adultos elegíveis para o tratamento que recebem o TARV combinado segundo os protocolos nacionais				80% (650.938)		MISAU
	18	Número de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais.	19.071	20.699	24.000		MOPH/DNA	
	19	Número de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e periurbanas.	59.200	36.700	23.700		MOPH/DNA	
	20	Número de Províncias com Plano de Acção Multisectorial para Redução da Desnutrição Crónica (PAMRDC) aprovado.	4 Províncias com PAMRDC Aprovado	5 Províncias com PAMRDC Aprovado	4 Províncias com PAMRDC Aprovados		SETSAN-AVC	
Pilar de Apoio: Governação								
Prestação de Serviços Públicos	21	Integrado no indicador 22						MFP
Descentralização	22	Melhoria no índice médio nacional de desempenho dos Governos Distritais em processos seleccionados de prestação de serviços públicos e de acção governativa.			Valor médio nacional: 3,14 Progresso realizado: +0,16		MAE/MPD	
	23	Crescimento do Orçamento executado a nível subnacional		a) Crescimento em termos reais da despesa de investimento executada	Meta Quantitativa: Distrital: 2%, Municipal: 0,4%; Provincial: a não redução comparativamente o nível de		MF/DNT/ DNO e MAE	

ANEXO I: QAD DO GOVERNO 2015

				em 2014 face a 2013 em pelo menos: 10,2% para o nível Provincial, 3,0% para o nível Distrital e 13,8% para o nível Autárquico. b) Disponibilização nos REO informação referente a execução das Secretarias Distritais.	Execução de 2014; Meta Qualitativa: O Plano de Desenvolvimento Autárquico (a ser elaborado pelo MAE em 2015 em colaboração com outros actores governamentais), contém um capítulo com um plano de trabalho em torno das transferências financeiras e de competências para os municípios.		
	24	Número de casos de corrupção e conexos ¹ a) processos pendentes; b) Processos entrados; c) Tramitados: (i) Acusados, (ii) Despacho de abstenção; aguarda produção de melhor prova e arquivados; (iii) Arquivados na fase pré processual; d) Julgada; e) Condenadas; f) Valores: (i) Envolvidos, (ii) Recuperados	Estatísticas Publicadas incluindo os valores envolvidos	Estatísticas Publicadas incluindo os valores envolvidos	Estatísticas Publicadas incluindo os valores envolvidos		MJ / PGR
	25	Número de casos julgados por ano	5% de aumento em relação ao número total de processos julgados no ano anterior	5% de aumento em relação ao número total de processos julgados no ano anterior	5% de aumento em relação ao número total de processos julgados no ano anterior		MJ
	26	Implementação efectiva do pacote legislativo Anti- Corrupção: Acções de preparação e resultados	a) 80% b) Número de casos tramitados c) 100%	a) 80% b) Número de casos tramitados c) 100%	a) 80% b) Número de casos tramitados c) 100%		MJ
Pilar de Apoio: Macroeconomia							
PIP	27	Aumento sustentável da receita do Estado	Aumento receita em 0,5pp do PIB	a) Aumento em 0,5pp do rácio fiscal ajustado (receita total excluída a receita resultante dos megaprojectos da indústria extractiva, em relação ao PIB excluída a contribuição da indústria extractiva)		O indicador mantém-se e as suas novas metas serão definidas	MF/ AT

¹ Crimes de corrupção, peculato, participação económica ilícita, tráfico de influência, enriquecimento ilícito e conexos.

ANEXO I: QAD DO GOVERNO 2015

				b) Aumento em 3%, em relação a 2013, do número de contribuintes registados com actividade/pagantes (singular e colectivo).		pelo novo Governo
28	Taxa de Execução Orçamental Agregada e Sectorial	A componente de taxa de execução agregada do orçamento deve situar-se no intervalo $\geq 95\%$ e $\leq 105\%$. Isto significa que o desvio da execução agregada do orçamento deverá ser de $\pm 5\%$ As outras componentes (de execução do orçamento sectorial) devem situar-se na margem $[(100\%) \pm (\text{desvio da execução agregada do orçamento}) \pm 6]$.	a) A componente de taxa de execução agregada do orçamento deve situar-se no intervalo $\geq 95\%$ e $\leq 105\%$. Isto significa que o desvio da execução agregada do orçamento deverá ser de $\pm 5\%$. b) As outras componentes (de execução do orçamento sectorial) devem situar-se na margem $[(100\%) \pm (\text{desvio da execução agregada do orçamento}) \pm 6]$.	a) A componente de taxa de execução agregada do orçamento: $\geq 95\%$ e $\leq 105\%$. Significando que o desvio da execução agregada do orçamento deverá ser de $\pm 5\%$. b) As outras componentes (de execução do orçamento sectorial) devem situar-se no intervalo $\geq 90\%$ e $\leq 110\%$ (calculado segundo a Metodologia para Cálculo das Despesas Prioritárias).		
29	Melhoria da cobertura e abrangência da CGE.	Relatórios de Contas das 4 maiores Empresas Públicas divulgados no jornal de maior circulação e no Boletim da República	a) Relatórios e Contas das 6 maiores Empresas Públicas (lista na NT), publicados no jornal de maior circulação e submetidos para publicação no Boletim da República; b) Publicação on-line de todos os volumes (I-IV) da CGE de 2013 (até 31/07/2014) c) Submissão ao CdM do relatório sobre o desempenho económico e financeiro das empresas públicas em 2013. A estrutura do relatório irá apresentar os custos e proveitos das EPs, evidenciar os resultados operacionais, debruçar-se sobre os investimentos realizados em 2013 e avaliar a situação do passivo e autonomia financeira das empresas.	a) Relatórios e Contas de 8 Empresas Públicas (lista na NT) publicados no jornal de maior circulação e submetidos para publicação no Boletim da República. b) Publicação <i>online</i> de todos os volumes (I-IV) da CGE de 2014, contendo informação sobre garantias e avales do Estado, bem como informação relativa as Parcerias Públicas Privadas, será feita até 15 de Julho. c) Apresentação do relatório sobre o desempenho económico e financeiro das empresas participadas pelo Estado em 2014, ficando por se definir o critério, o número de empresas e a conclusão da nota técnica.		MF/DNT-DNCP
30	Melhoria da operacionalização e integridade no sistema de <i>Procurement</i>	Sistema operacional conforme nota técnica para QAD 2013	Sistema Operacional conforme a Nota Técnica para o QAD 2014.			MF (DNPE-UFSA)
31	% de Recomendações implementadas pelas entidades auditas/inspeccionadas pelos OCI's, IGF e TA (Relatório e Parecer a CGE)	35 % Para recomendações da IGF e OCIs. Estabelecer plano de trabalho entre IGF e TA para definir acompanhamento por IGF sobre auditorias	a) 45 % para recomendações da IGF e OCIs. b) 20% das Recomendações	a) 55% para recomendações da IGF e OCIs. b) 35% das Recomendações implementadas c) Sistema de gestão das recomendações adaptado.		MF/ IGF e TA

ANEXO I: QAD DO GOVERNO 2015

		feitas por TA	implementadas.	por forma a que permita a inserção e avaliação das recomendações tipificadas de acordo com a natureza e o nível de risco, tendo em conta a matriz internamente aprovada		
32	% de Processos de Auditoria Julgados, com Acórdãos enviados à Publicação	35%	40% dos processos de auditoria concluídos no ano anterior (2013) julgados e todos os respectivos acórdãos entregues à Imprensa Nacional	48% dos processos de auditoria concluídos no ano anterior (2014) julgados e todos os respectivos acórdãos entregues à Imprensa Nacional, e, publicação na página web.		TA
33	Aumento do grau de transparência do orçamento, na óptica da Iniciativa de Orçamento Aberto	- Produção, publicação do Orçamento do Cidadão sobre OE 2014 incluindo aperfeiçoamentos dos conteúdos. - Publicação do Plano de endividamento interno (2014).	a) Não será objecto de Avaliação. b) Publicação do Plano de Endividamento Interno (2014)	a) Publicação do Folheto Informativo (Orçamento do Cidadão) sobre o Orçamento do Estado para 2016, em linguagem simples e acessível ao público, incluindo aperfeiçoamento dos conteúdos (Responsabilidade MF); duas versões (i) primeira versão e (ii) versão final. b) Publicação do Plano de Endividamento (2015) - (Responsabilidade MF).		MF/DNO-DNT
34	Melhoria da transparência na gestão das receitas de exploração de recursos minerais	a) Elaboração e publicação do 4º relatório de reconciliação, cobrindo as receitas de 2011, tendo em conta as recomendações do 3º relatório e as do 21º EIT Board Meeting. b) Informação sobre a execução das receitas consignadas às localidades (definida no OE2013) é apresentada de forma clara nos REDE de 2013.	a) Elaboração e publicação do 5º relatório de reconciliação, cobrindo as receitas de 2012, em conformidade com o novo Standard ITIE que foi aprovado em Maio 2013 b) Informação sobre a execução das receitas consignadas às localidades é apresentada de forma clara nos 4 REOs.	a) Elaboração e publicação do 5º relatório de reconciliação, cobrindo as receitas de 2012, em conformidade com o novo standard ITIE que foi aprovado em Maio 2013. b) Informação sobre a execução das receitas consignadas às localidades (definida no OE2014) é apresentada de forma clara nos REOs de 2014.		MF/ DNCP-DNO
35	NOVO INDICADOR: Elaboração da análise preliminar da pobreza multidimensional não relacionada com o consumo com base nos primeiros dois trimestres do IOF			Produção e partilha do relatório de análise até Dezembro de 2015		
36	NOVO INDICADOR: Fortalecer a capacidade de preparação de projectos públicos				Em discussão	MPD/DIC